



#Economia

Governo a governo, saiba como evoluiu a dívida pública durante a ditadura civil-militar brasileira

Originalmente publicado no [Medium](#), em 29 de março de 2016

Autoria de Instituto PACS

Durante o governo Médici (1969–73) o PIB cresceu em média 10,7% ao ano. Neste período a dívida externa passou de 11% do PIB em 1969 para 16,6% em 1973, uma taxa de crescimento anual de 13,8%. A balança comercial manteve-se equilibrada, embora insuficiente para cobrir as obrigações externas. No período, o estoque da dívida externa passou de US\$ 4.379 milhões para US\$ 13.760 milhões, ou mais que triplicou. O serviço da dívida externa sangrou o Brasil em US\$ 9.350 milhões, sendo US\$ 2.157 milhões só de juros.

O serviço da dívida excedeu o saldo comercial em US\$ 8.395 milhões, que tiveram que ser refinanciados, ou pagos com novos empréstimos. Note-se que em 1973 as taxas de juros internacionais haviam crescido entre dois e quatro pontos percentuais, onerando despropositadamente os encargos anuais, dado que os contratos da dívida incluíam a cláusula dos juros flutuantes. Os saldos negativos do balanço de pagamentos e o saldo comercial de quase zero evidenciavam que o endividamento externo fora excessivo, não vinculado a necessidades reais de poupança externa. Promoveram o enriquecimento dos bancos repassadores e foram também usados para fins especulativos.[1] Em vez disso, o governo podia ter usado os recursos internos acumulados durante a fase de expansão (“milagre

econômico”), adotando uma estratégia de desendividamento e de desenvolvimento endógeno, muito menos vulnerável.

O governo Geisel (1974–78), porém, em vez de aprender a lição herdada do seu antecessor, escolheu a importação de divisas como fonte essencial de financiamento do seu projeto de desenvolvimento econômico. Na sua administração a dívida externa explodiu. 1974 foi quando explodiu o preço do petróleo. A dívida externa dos EUA continuava aumentando, devido aos crescentes gastos com a guerra do Vietnã e a intensiva concorrência comercial com a Alemanha e o Japão. Para atrair os dólares necessários para cobrir o déficit orçamentário o governo dos EUA decidiu unilateralmente escalar as taxas de juros para acima de 10% ao ano. O estoque da dívida passou de US\$ 13,7 bilhões no início de 1974 para US\$ 52,2 bilhões, em 1978, ou quase quadruplicou! A formação de reservas através de mais endividamento manteve bem mais baixa a dívida líquida, que passou de US\$ 7,3 bilhões para US\$ 13,2 bilhões, ou o dobro do valor de 1973. Sob a regência de Simonsen na Fazenda, o Brasil diversificou as fontes de eurodólares, levando a dívida com bancos estadunidenses a cair de 51% em 1977 para 41% em 1979.

Isto não impediu que a dívida externa no período 1974–1978 tenha saltado de US\$ 13,8 bilhões para US\$ 52,2 bilhões, ou quase quadruplicou, enquanto a razão dívida total menos reservas subia 332%. O endividamento médio no período alcançou US\$ 33,2 bilhões, o saldo comercial médio foi de US\$ 2,3 bilhões negativos e as reservas mantinham um patamar médio de apenas US\$ 7 bilhões. A relação dívida externa/PIB passou de 17% em 1973 para 26% em 1978, ou um crescimento médio de 21%. Ficava desvelado o caráter inegavelmente irresponsável da gestão da dívida e o orçamento público. Enquanto isto, o governo fazia investimento em grandes projetos usando

parte dos empréstimos em moeda obtidos no exterior. Alguns, produtivos, outros, que não representaram senão desperdício e escândalo, como a Ferrovia do Aço e o projeto das usinas nucleares.

Apesar do intenso esforço exportador, que obteve um faturamento bruto de US\$ 51,5 bilhões, ou o dobro do serviço pago da dívida externa — US\$ 27,8 bilhões -, as importações custaram muito e o déficit comercial no período alcançou US\$ 11,4 bilhões. A diferença entre o saldo comercial e o serviço a pagar alcançou US\$ 39,2 bilhões negativos, colocando a economia do País em alto grau de vulnerabilidade e risco. Os juros pagos chegaram a representar cerca de 60% do serviço total da dívida no período. Contudo, devido à entrada maciça de capital estrangeiro — US\$ 43,4 bilhões em empréstimos e financiamentos, e US\$ 4,5 bilhões de investimento direto — a transferência líquida de capital foi positiva, alcançando o recorde de US\$ 18,4 bilhões.

O período representou a consolidação 'definitiva' da hegemonia dos bancos na economia, o caráter predominantemente financeiro e especulativo do endividamento, e a intermediação financeira como o modo principal de financiamento da economia. O Estado assumiu um papel mais ativo nas atividades financeiras e produtivas, atuando em contraposição, mas também em harmonia com os interesses das frações dominantes do grande capital. Contraditoriamente, ele atuou como promotor da transnacionalização financeira através do sobre-endividamento externo, e também da transnacionalização do nosso parque industrial; por outro lado, atuou como controlador central da política de crescimento econômico e foi presença importante nos setores estratégicos da economia, via as empresas estatais como grandes captadoras de empréstimos externos, e via isenções fiscais e outros favorecimentos aos grandes grupos bancários e industriais.

O governo Figueiredo (1979–1984) coincidiu com o processo recessivo internacional e a crise do dólar dos EUA. O Brasil, altamente endividado em dólares, estava particularmente vulnerável à instabilidade dessa moeda e a toda medida fiscal adotada pelos EUA que implicasse valorizar o dólar. Uma vez mais ficava evidente a irracionalidade do sistema financeiro internacional nascido em Bretton Woods de utilizar uma moeda nacional como moeda de trocas e reserva de valor internacional.

Iniciada a recessão de 1979–1982 nos EUA, a elevação dos juros norte-americanos, pelo FED sob administração de Paul Volcker, — de 10,9% (1978), eles foram sucessivamente a 15% (1979), 21,5% (1980), 19,6% (1981) e 19,5% (1982) — teve dois efeitos. Um foi de quebrar os endividados países da periferia, começando com o México e, em seguida, o Brasil. O outro foi de, ao drenar recursos do mundo todo para os bancos norte-americanos, colocá-los na melhor posição dentro da economia dos EUA desde a década de 20, mesmo em vigência da regulação. A mediocridade dos democratas levou, então, à eleição de Reagan e ao início da virada acentuadamente neoliberal na economia mundial.

Na área econômica interna, o governo Figueiredo sofreu com os desacertos econômicos gerados pelo fim do “milagre econômico”. Delfim Neto foi mais uma vez convocado para o Ministério da Fazenda. Para superar a crise, lançou o “III Plano Nacional de Desenvolvimento”. O pacote econômico, fortemente dependente de recursos externos, fracassou, pois a recessão mundial em curso barrava a obtenção de novos empréstimos. Estava consumado definitivamente o círculo vicioso definitivo do endividamento, que Fattorelli chama de “o sistema da dívida”. [2] Além de estarem presos à dívida impagável — tomando empréstimos para pagar as obrigações da dívida anterior, aumentando o total devido e os encargos futuros sobre ele — os

devedores estavam agora sujeitos, mais do que nunca antes, à intervenção externa nas suas decisões de política econômica.

No governo Figueiredo, sob a regência do ministro Ernane Galvêas, a dívida externa cresceu em média 11,9% ao ano, em contraste com os 23,2% ao ano do governo Geisel. Contudo, em proporção ao PIB ela dobrou — de 24,6% em 1979 para 48,2% em 1984. A dívida externa per capita passou de US\$ 483 em 1979 para US\$ 785 em 1984. O endividamento em moeda continuou a crescer mais que os financiamentos para exportações, passando a compor 75% da dívida total registrada em 1982. Mesmo baixando dois pontos percentuais nos dois anos seguintes, manteve absoluta predominância sobre o endividamento para fins produtivos. A escolha do governo ditatorial foi seguir a receita dos credores, canalizada através do FMI: máximo incentivo ao crescimento das exportações, compressão brutal das importações, da demanda interna e dos investimentos sociais, e prioridade ao pagamento em dia dos impagáveis encargos da dívida externa. O padrão de consumo da população e o bem estar da população se deterioraram, e cresceram os índices de pobreza, marginalização e violência urbana e rural.

O serviço da dívida externa saltou de US\$ 27,8 bilhões da era Geisel para US\$ 107,9 bilhões no período na era Figueiredo, chegando aos chocantes 8% do PIB em 1982 e 1983 — receita de falência para uma economia recolonizada como a do Brasil. Só de juros, o salto foi quadruplicado, de US\$ 16,7 bilhões para US\$ 68,61 bilhões! A sangria de recursos do País acelerou o processo de descapitalização, agravado por três fatores. Um, a indisposição dos credores em seguir fornecendo o volume de empréstimos necessário para cobrir a crescente necessidade de financiamento do déficit do balanço de pagamentos. O segundo, o protecionismo dos países ricos, importadores de produtos brasileiros, em especial os EUA. O terceiro, a fuga de capitais de

investimento estrangeiros, que desinvestiram a partir de 1982, remetendo maciçamente lucros e dividendos e reduzindo as entradas de capitais de US\$ 1,7 bilhões em 1981 para US\$ 860 bilhões em 1983.

A partir de 1980 o Brasil passou a ser uma economia que transfere mais capital para fora do que recebe. Descapitalização, uma cara da moeda, e enriquecimento sempre maior dos bancos e dos países credores, a outra. No fim do governo Figueiredo, a transferência tinha alcançado US\$ 28,4 bilhões a mais do que as divisas que entraram, o suficiente para a realização de uma reforma agrária que tornasse produtivas 12 milhões de famílias de trabalhadores sem terra ou com terra insuficiente para subsistir.

Fonte: Quem se beneficiou do endividamento público durante a ditadura?, de Marcos Arruda. Acesse em: <https://pacsinstituto.medium.com/quem-se-beneficiou-do-endividamento-p%C3%ABblico-durante-a-ditadura-e3050a80c435>

[1] O próprio ministro da Fazenda de então, Delfim Netto, iria mais tarde qualificá-los como “empréstimos de orientação duvidosa” (SEPLAN, 1983: 8).

[2] <http://www.auditoriacidada.org.br/fattorelli-participou-da-reuniao-da-coalizao-pela-reforma-politica/>